

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista

Maria Alice Pinheiro

Edição de Arte

Luiza Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A838 Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Ivonete Barreto de Amorim. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-203-6

DOI 10.22533/at.ed.036202007

1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Amorim, Ivonete Barreto de.

CDD 379.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores, aqui está o resultado de um trabalho feito em várias mãos, que envolve estudantes e pesquisadores de vários contextos do Brasil. Do lado de cá, na organização, professores com experiências e trajetórias diferentes usufruindo da confiança que receberam da Atena Editora, organizaram em 3 volumes, com dois eixos temáticos cada um, os 71 textos que culminam na Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”.

Uma temática atual e necessária, pois, coloca no centro da discussão científica a educação e seus atores, adornando, um diálogo que perpassa pelos aspectos históricos, políticos e culturais. Nesse cenário (educacional), novos e velhos problemas se encontram, e, por isso, se torna um cenário carente de políticas públicas educacionais eficazes. Socializar resultados de experiências e investigações que foram desenvolvidos muitas das vezes em contextos educacionais, primando pela resolução de problemas sociais de ordem diversas, é primordial.

O volume 3 da Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, é constituído de 23 textos, organizados em dois eixos temáticos por onde perpassam temas, que para nós da educação, nos são caros, tais como: aprendizagem, cidadania, ensino, escola, formação de professores, políticas públicas, pós-graduação, privatização, teorias do currículo, entre outros. Diante o exposto, percebe-se que temos aí, temas que são propulsores para uma boa reflexão. A tod@s, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
O USO DA TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Kleide Ferreira de Jesus Suely Cristina Soares da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.0362020071	
CAPÍTULO 2	11
PROJETO DE HORTA ORGÂNICA NA ESCOLA ESTADUAL FREI AMBRÓSIO – CÁCERES – MATO GROSSO - BRASIL	
Maura Rodrigues Palocio Adriely Luiza Ferreira Raoni de Cáceres Menezes Aleixo Luciana Melhorança Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.0362020072	
CAPÍTULO 3	20
OS MANUAIS DIDÁTICOS DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL DAS DÉCADAS DE 1940 E 1950 E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE	
Eder Ahmad Charaf Eddine Lícia Mara Pinheiro Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0362020073	
CAPÍTULO 4	27
PEDAGOGIA DO OPRIMIDO DE PAULO FREIRE: UM ESTUDO DE CASO, SITUAÇÕES DE OPRESSÃO VIVENCIADA POR MORADORES DA CIDADE DE CÁCERES - MT	
Amanda de Souza Vila Débora Oliveira de Marchi de Mei Dayanne Carla de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0362020074	
CAPÍTULO 5	36
PENSANDO SOBRE OS PAPÉIS DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA DO CORONAVÍRUS	
Walace Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0362020075	
CAPÍTULO 6	46
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS DIMENSÕES CONCEITUAIS	
Jerry Wendell Rocha Salazar Edinólia Lima Portela	
DOI 10.22533/at.ed.0362020076	
CAPÍTULO 7	56
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: A EXPANSÃO PÚBLICO-PRIVADO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE (2003-2017)	
Matheus Lucas Silva de Souza Fabiana Araújo Nogueira	

Alda Maria Duarte Araújo Castro

DOI 10.22533/at.ed.0362020077

CAPÍTULO 8 69

PRÁTICA DOCENTE E ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: QUAL CAMINHO?

Tânia Mara dos Santos Bassi

Vilma Miranda de Brito

DOI 10.22533/at.ed.0362020078

CAPÍTULO 9 83

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Roberta Cristine de Andrade Passos

DOI 10.22533/at.ed.0362020079

CAPÍTULO 10 92

QUALIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES NO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Xirlaine dos Anjos Sousa

William Santos Nascimento

Géssica Natália Campos

DOI 10.22533/at.ed.03620200710

CAPÍTULO 11 100

RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: O QUE DIZEM OS ESTUDOS ACADÊMICOS?

Emilly Amorim Medeiros

Marcia Cristina Argenti Perez

DOI 10.22533/at.ed.03620200711

CAPÍTULO 12 111

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Marinete Aparecida Martins

Leonardo Mendes Bezerra

Leo Victorino da Silva

DOI 10.22533/at.ed.03620200712

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II

CAPÍTULO 13 120

RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: OS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS NO ENSINO PÚBLICO

Rafael Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.03620200713

CAPÍTULO 14 127

SIMULADOR DE GASES

Guilherme Tavares Tel

Gabriel Felipe de Souza Gomes

Gabriel Tolardo Colombo

Isabela Antunes de Souza Lima

Marcos Cesar Danhoni Neves

DOI 10.22533/at.ed.03620200714

CAPÍTULO 15 133

THE REI MAGOS FORTRESS. BRAZIL. - AN ARCHAEOLOGICAL STUDY OF A SIXTEENTH CENTURY FORTIFICATION

Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque
Veleda Christina Lucena de Albuquerque

DOI 10.22533/at.ed.03620200715

CAPÍTULO 16 158

O USO DA TECNOLOGIA COMO FACILITADORA PARA RESOLUÇÃO DE ATIVIDADES EXTRACLASSE NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA VIRGILIA BEZERRA DE LIMA, DELMIRO GOUVEIA – AL

Wilma Lima Maciel
José Fábio Oliveira
Conceição Maria Dias de Lima

DOI 10.22533/at.ed.03620200716

CAPÍTULO 17 173

UM OLHAR DE HANNAH ARENDT SOBRE A ESCOLA. - VIOLÊNCIA VERSUS CIDADANIA

Pedro Geraldo Saadi Tosi
Lamia Jorge Saadi Tosi

DOI 10.22533/at.ed.03620200717

CAPÍTULO 18 188

UMA BREVE REVISÃO SOBRE TEORIAS DO CURRÍCULO

João Paulo Buraneli Mantoan
Rodrigo Leite da Silva

DOI 10.22533/at.ed.03620200718

CAPÍTULO 19 200

UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E LEGAL SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Luiza Barcelos Ribeiro
Bianka Pires André

DOI 10.22533/at.ed.03620200719

CAPÍTULO 20 214

PROGRAMA ALEGRIA - O USO DE FERRAMENTAS LÚDICAS NA EDUCAÇÃO E SAÚDE NO TRABALHO DENTRO DA MATERNIDADE

Claudia de Lima Ribeiro
Ana Paula Vieira dos Santos Esteves
Mairon Mota da Silva
Olinda Cizoski França
Lara Emily Gomes Fernandes Viana
Otávio Silva do Canto

DOI 10.22533/at.ed.03620200720

CAPÍTULO 21 222

UTILIZANDO UM JOGO VIRTUAL PARA ENFATIZAR CONCEITOS DE GRANDEZAS FÍSICAS NO ESTUDO DA ATMOSFERA NO ENSINO FUNDAMENTAL

José Carlos de França
Erlânia Lima de Oliveira
Antônio Kalielso Silveira de Mendonça
Rafael Castelo Guedes Martins

DOI 10.22533/at.ed.03620200721

CAPÍTULO 22	231
VIABILIDADE FINANCEIRA DO PROJETO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA EM ESCOLAS DE MINAS GERAIS	
Fábio Proença de Carvalho	
Robert Delano de Souza Correa	
André Filipe Soares Ramos	
Cristina de Souza Domingues Raposo	
DOI 10.22533/at.ed.03620200722	
CAPÍTULO 23	247
VÍDEO DE AULA PRÁTICA LABORATORIAL COMO METODOLOGIA ATIVA NA DISCIPLINA DE MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS	
Maria Karoline Leite Andrade	
Ana Livia de Araújo Pessoa	
Beatriz Lima Arnaud	
Claísa Andrea Freitas Rabelo	
João Mário Pompeu de Sousa Brasil	
Lenice Matos Lima	
Letícia Michelle Lima de Araújo	
Nildyane Carvalho Pontes	
Sofia Barros Freire	
Stefannie Alves Torres	
Victor Vincent Moraes de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.03620200723	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	254
ÍNDICE REMISSIVO	256

UM OLHAR DE HANNAH ARENDT SOBRE A ESCOLA. - VIOLÊNCIA VERSUS CIDADANIA

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 04/05/2020

Pedro Geraldo Saadi Tosi

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais –
FCHS/UNESP - DECSPP – Departamento de
Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas.

Franca (SP)

<http://lattes.cnpq.br/1566616557380717>

Lamia Jorge Saadi Tosi

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo -
Franca (SP)

<http://lattes.cnpq.br/4863429211807120>

da vida escolar em que os atos de violência quando se autonomizam, mudam o mundo e mudam-no para um mundo mais violento. O fio condutor das evidências contemporâneas do aumento da violência aqui tratadas se articula com a contribuição arendtiana sobre o tema e perpassa os limites entre os muros da escola e os nichos de violência da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Hannah Arendt. Violência., Escola, Cidadania, Políticas Públicas.

A SIGHT FROM HANNAH ARENDT ON THE SCHOOL. - VIOLENCE VERSUS CITIZENSHIP

ABSTRACT: This article seeks to show, through the thinking of Hannah Arendt, that the naturalization of violence in schools acts to the detriment of the construction of citizenship, that is, it suggests that if the school reinforces the everyday forms of young people to relate - as such violent actions seemed him like banalized - it will negate its social role as a public institution for preparing and building social ties based on notions of justice and a sense of fairness. In dealing with the topic, this text seeks to demonstrate how the social bonds marked by the daily life of violence highlight the dimensions of school life that are manifested as instruments

RESUMO: Esse artigo busca, por meio do pensamento de Hannah Arendt, evidenciar que a naturalização da violência nas escolas age em detrimento da construção de cidadania, ou seja, sugere que se a escola reforçar as formas corriqueiras de jovens se relacionarem, de modo que ações violentas lhes pareçam banais, ela incorrerá em negar o seu papel social de instituição pública de formação e de construção de laços sociais baseados em noções de justiça e no senso de equitatividade. Ao tratar o tema, esse texto busca demonstrar como os laços sociais marcados pela cotidianização da violência fazem sobressair dimensões

or as actions acquiring autonomy to the extent that acts of violence, when changing the world, turn it to a more violent world. The guiding thread of the contemporary evidence of the increase of violence treated here articulates with the Arendtian contribution on the subject and crosses the boundaries between the walls of the school and the niches of violence of the society.

KEYWORDS: Hannah Arendt. Violence, School, Citizenship, Public Policy and Politics.

INTRODUÇÃO

Sabemos que o sistema mundial contemporâneo e suas dimensões econômica, social, estatal e, em especial a cultura da vida urbanizada, se encontram em situação de severa crise e nosso país, nesse contexto, sofre os impactos desse processo de crise. Assim, pensar em formação para a cidadania no espaço escolar da atualidade nos remete a refletirmos sobre as relações sociais e as injunções em que vive expressiva parcela populacional de uma sociedade como a nossa, localizada ambígua e simultaneamente nos extratos intermediários e na periferia do sistema mundial, condição que não exige o estado de responder com medidas globalmente aceitas de ajustamento e de acomodação internas que sejam suficientes, ao mesmo tempo em que se evidenciam como necessárias.

Temos assistido em nosso país à degradação de laços sociais constitutivos de uma sociedade minimamente equilibrada: cidades que exibem altos índices de violência, falta de empregos, exclusão social, decadência moral da chamada classe política em todos os níveis de atuação e, em particular, a exuberante ausência de políticas públicas voltadas para educação que sejam concebidas como educação e aprendizagem para uma vida não violenta.

O sistema educacional e a formação da juventude no âmbito da nação padecem na medida em que a política e os políticos criminalizam a questão social e que não conseguem alcançar o fato de que a crise não passa de uma necessidade de mudança sistêmica e que os movimentos sociais e as revoltas daí decorrentes são efeitos e não as causas das crises.

Para Schütz falar em uma educação voltada para a cidadania é:

“falar em uma escola-cidadã ou ainda em um aluno-cidadão é referir-se especificamente aos: excluídos, oprimidos e desfavorecidos do âmbito político, social e cultural.”
(SCHÜTZ, 2016, p.88)

Em tempos de recrudescimento das crises é necessário pensarmos em projetos políticos pedagógicos escolares que respondam às necessidades da escola, da sociedade e dos jovens e que esse projeto acima de tudo tenha por objetivo a educação como emancipadora da condição humana.

Em nosso país a prática de se fazer educação a partir da esfera política não ultrapassa o que está contido em artigos, parágrafos e incisos de um ordenamento jurídico em que a

legislação complementar, os decretos e as resoluções, cujos princípios são tratados como política de governo e não como política de estado, restringem-se a procedimentos que mudam a toda hora, ao sabor daquilo que o governo do momento julga como as condutas mais adequadas em função de contingenciamento de gastos.

Nesse sentido, numa situação em que os princípios são substituídos pelo pragmatismo da gestão de governo e em um ambiente em que o processo educativo exacerba um conteúdo muito distinto da sua concepção formal as práticas carentes de fundamentação se multiplicam e o casuísmo se instala, a ausência de comprometimento e de responsabilização se fazem presentes e a realidade de nossas escolas ofuscam iniciativas que poderiam servir de exemplo de emancipação. Boas práticas educativas muitas vezes jazem soterradas pela total ausência de espaços isentos de interesses pragmáticos destinados à reflexão.

Resta uma pergunta: O que objetivam as políticas públicas voltadas para o setor educacional?

Para Bittar:

“Políticas públicas na área da educação têm de se preocupar com o que há de mais instintivamente importante a ser discutido no âmbito da construção da educação. Não há como negar que está às claras declarado como tema de relevância e atualidade na discussão educacional, a negação de si mesma, por uma cultura, é autofagia. Compreender, apreciar e discutir as instâncias da sua própria consciência, como cultura, é algo de fundamental e determinante importância para a fixação do ideário da escola.” (BITTAR, 2004, p.88)

Cabe à escola planejar suas atividades, colocando seus jovens alunos como protagonistas não apenas de seu ensino-aprendizagem; mas como protagonistas de uma educação para a paz e para a consciência cidadã, bem como para refletir sobre o papel que situações de violência assumem numa sociedade que herdou aspectos do colonialismo, do escravismo, da modernização conservadora, do subdesenvolvimento, enfim: de quantas e quantas limitações são necessárias serem superadas para que possamos pensar e agir como povo emancipado da violência em suas manifestações mais corriqueiras e que aparecem sub-repticiamente na vida cotidiana.

Mas, infelizmente os achados que encontramos na escola brasileira de hoje são: jovens desinteressados, violência desmedida, atuação sobre um tecido social dilacerado, ausência de planejamento voltado para cumprimento de metas específicas, falta de comprometimento com o rumo que a vida dos educandos pode tomar e renúncia a uma perspectiva de vida futura. Professores malformados, despreparados e desmotivados compõem uma dimensão igualmente significativa desse processo.

Que valores as escolas estão priorizando?

Paulo Freire já nos ensinava que:

“Todo planejamento educacional para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. O que se faz necessário é a cultura para a responsabilidade social.” (FREIRE, 2002, p.10)

A escola não é apenas um lugar para tornar permeável o planejamento escolar, mas, sobretudo, o lugar de formar cidadãos críticos, capazes de interagirem entre o senso-comum e a ciência, entender a política do saber, conseguir enxergar suas necessidades cotidianas e as de sua comunidade, despertando seu interesse no saber, no ser, no compreender, no agir e no fazer.

“Para Arendt, a tentativa de estabelecer mudanças políticas por meio da educação pode ter consequências nefastas. Tornar o âmbito educacional um meio para fins do âmbito político só pode significar instrumentalizar a educação como se os seus resultados pudessem ser totalmente previsíveis.” (SCHÜTZ, 2016, p. 99)

Dessa forma, Arendt escreve:

“O papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, a partir dos tempos antigos, mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimento e por natureza novos. No que toca à política, isso implica obviamente um grave equívoco: ao invés de juntar-se aos seus iguais, assumindo o esforço de persuasão e correndo o risco do fracasso, há a intervenção ditatorial, baseada na absoluta superioridade do adulto, e a tentativa de produzir o novo como um *fait accompli*, isto é, como se o novo já existisse. [...] a crença de que se deve começar das crianças se se quer produzir novas condições permaneceu sendo principalmente o monopólio dos movimentos revolucionários de feitio tirânico que, ao chegarem ao poder, subtraem as crianças a seus pais e simplesmente as doutrinam. A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados.” (ARENDR, 1992, p. 225)

Qual é a principal função que a escola deve cumprir na formação cidadã?

A principal reflexão de Hannah Arendt sobre educação encontra-se em seu clássico livro ***Entre o Passado e o Futuro***. Nele a autora traz um ensaio sobre as reflexões educacionais intitulado: *A crise na educação* onde ela se dedica a uma análise aprofundada das condições educacionais nos Estados Unidos e na América nos anos 1950.

Hannah Arendt, fez menções ao processo educacional, porém não se debruçou sobre o tema como o fez com a política, com a violência e com o totalitarismo; ainda assim, é emblemático no conjunto de sua obra o fato dela enfatizar e conferir relevo ao processo educativo em relação à política, à sociedade e à violência.

Tal ênfase destaca a importância que o ato de educar assume em relação aos demais assuntos, argumentando que “a essência da educação é a natalidade, o fato de que os seres humanos nascem para o mundo” e este é um ingrediente fundamental e revelador do papel desempenhado pela educação nas mais diversas sociedades (ARENDR, 1992, p. 223). Isso significa que a cada ser nascido, a sociedade deveria assumi-lo como tarefa para constituir um novo início de mundo e essa tarefa requer algum nível de esforço.

Ao seu tempo, esses novos seres deveriam ser considerados iguais, aprendendo a respeitar as diferenças, aprendendo a viver e conviver em sociedade, porém Hannah Arendt reconhecia que tais elementos se configuravam em uma mentira constitucional, já que a igualdade é uma falácia moral escancarada diariamente nos jornais, nos noticiários

televisivos e nos bancos escolares. Em decorrência dessa assimetria entre igualdade formal e diferença real é que a abordagem do cidadão em relação ao serviço público de cunho estatal desenvolveu a noção de equidade quando se trata da oferta de serviços.

A sociedade contemporânea exige mudanças significativas nas abordagens do processo educacional e nas relações de ensino-aprendizagem. Exige, também e simultaneamente, repensar saberes educativos nas suas formas, mas acima de tudo, nos formatos em que esses saberes se apresentam e se manifestam no horizonte de percepção de grupos sociais determinados. Essa demanda exige colocar em prática conhecimentos a respeito de como as relações sociais predominantes no entorno escolar acabam permeando os bancos escolares.

A discussão sobre a função social da escola e da construção de seu projeto político pedagógico nos leva a refletir sobre o conceito de responsabilidade coletiva encontrada nos escritos de Hannah Arendt e presente em Karl Marx ao conceber que o homem é o sujeito de sua própria história.

Educadores, pais de alunos e a sociedade têm se perguntado: Como educar para um mundo cada vez mais violento? Essa indagação aparece sinalizando uma mudança de direção nas preocupações a respeito do papel social da educação, já que a preocupação não é formar para a vida, mas antes viver em um mundo violento.

Nós, seres humanos, temos sido capazes de produzir, inovar, descobrir, deliberar. Somos capazes de revolucionar a ciência e seus paradigmas, mas estamos paralisados diante da violência que se instala a cada dia debaixo de nossos olhares perplexos.

A vida social contemporânea se mostra cada dia mais violenta e a ela estamos expostos cotidianamente. Porém, temos sentido que essa violência é devastadora, um poder avassalador que exige muita lucidez e clareza de objetivos para oferecer respostas que tragam novos olhares a uma sociedade de consumo e competitiva que fragilizou a educação na exata medida em que desvalorizou a preocupação com o futuro daqueles que de nós descenderão.

Isso aconteceu na exata medida em que a sociedade passou a apreciar a educação tão somente como meio para atingir um fim. Fim esse que é instrumentalizar as pessoas para a necessidade que cada um tem de ascender socialmente, destacando-se como indivíduo e não como parte de uma coletividade.

Dessa forma unidimensional, como mero instrumento de mobilidade social, a educação se desvalorizou e passou a ser apreciada apenas como meio, já que seu objetivo precípuo é cumprir a função de satisfazer necessidades de seres unidimensionais que almejam ascender socialmente, que vivem em uma sociedade que acolhe e que sanciona positivamente os profissionais de sucesso que a escola formou e que o processo de escolarização certificou. É importante notar que tal modelo pode se constituir numa forma de perversidade contra aqueles que não se consideram adequados a ele.

Sabemos que a violência se manifesta na história da humanidade desde os seus

primórdios e, desde a antiguidade, vários pensadores se debruçaram sobre o assunto buscando explicação para o seu surgimento, na tentativa de entender a manifestação de várias formas de violência experimentadas pela espécie humana em contextos múltiplos.

A reflexão sobre manifestações de violência que se apresentam na atualidade é tarefa emergencial, pois nos conduz a acreditar que a generalização de modos de exercício da violência tem nos feito acostumar com ela e as suas várias modalidades indicam que parece haver tendências de generalização de situações de violência aberta e de conformismo com a máxima de que a violência é parteira da história.

Na contrapartida da ideia de que a violência seja a parteira da história, Hannah Arendt produziu severas críticas aos pensadores que defenderam a violência como arma revolucionária, ou como mola construtora de regimes políticos. Para ela, a violência não cria o poder, mas o destrói, deixa o mundo mais violento.

Nas lutas entre as hordas primitivas, nos mitos da antiguidade, nos gladiadores de Roma, a violência não só estava presente, mas sobretudo, representava a honra.

Com a Idade Média, as nobrezas regionalizadas e depois a Inquisição eram as mais nítidas demonstrações da violência como forma de aterrorizar os súditos, os infiéis e os descrentes na ordem estabelecida frente a uma rígida hierarquia de vontades pessoais.

A Idade Moderna não foi diferente. A constituição dos Estados foi pensada por diversos autores e ortodoxias distintas. Entretanto, desde Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Marx, Max Weber e muitos contemporâneos, a violência foi pensada como o resultado de um processo de concentração e de monopolização, como a soma de forças capazes de estabelecerem a paz pública e defenderem os interesses de todos, apenas e tão-somente, na medida em que se constituíssem enquanto propriedade do poder e dos interesses de Estado.

O tão esperado século XXI, como todo início de séculos, trazia esperanças e desejos de paz, mas está sucumbido à mesma violência do século anterior. As estatísticas apontam para um número assustador de jovens que matam e morrem. Esses números parecem revelar a não inserção dos jovens nos seus mundos.

A violência escolar, o *bullying* e as mortes ocorridas nas escolas, bem como as várias modalidades de tráfico – dinheiro, drogas, armas, pessoas – mundo afora e, não menos importante, a violência que se instala, se articula e se adapta aos modos de vida dos mais variados setores da vida social. Tudo isso causa espanto, medo e incertezas.

Neste ponto surge a pergunta: a violência está instalada na sociedade atual ou esse rol de manifestações violentas é apenas uma espécie de aumento na voltagem dos acontecimentos que estão a nos mostrar que o homem é inerentemente servo da maldade, e como tal, as instituições por ele criadas serão sempre frágeis frente ao drama da violência?

O ambiente escolar atual nos coloca frente a um mundo de dúvidas quanto à possibilidade de os povos encontrarem seus caminhos sem exhibir um terrível espetáculo

no qual a violência se apresente como o traço marcante.

Mesmo assim, resta à desconcertante indagação acima formulada outras tantas que parecem não ter respostas plausíveis e que possam nos oferecer uma saída digna tanto do ponto de vista prático, quanto do ponto de vista moral.

Quais são os restos da ordem feudal que podem continuar a conferir honorabilidade à violência atual? Qual é a utilidade e qual é a função social que ainda mantém o monopólio da violência como uma fórmula que mantenha vigor intelectual tendo sido quase unânime entre os clássicos acima mencionados para justificar o estado moderno?

Se a constatação de que processo generalizado de violência atual não faz senão testemunhar o solapar de vidas e se não faz senão deixar um rastro de destrutividade e de banalização da importância que a vida pode assumir para alguns tantos seres que simplesmente descontinuam a existência, as respostas serão em grande medida incompletas.

Ainda mais, se os seres humanos vitimados com a perda da vida, ou submetidos a dilaceramento psíquico e de tudo mais o que socialmente se espera que a vida humana pudesse ter como garantia, passaram a ser apenas um dado estatístico sobre a escalada da violência, uma violência que atinge principalmente os mais frágeis e, não menos importante para o propósito desse artigo, não há parâmetros claros e de aplicação prática imediata principalmente para os que são vitimados indefesos nos bancos escolares e nos diversos formatos familiares que proliferam como novidade nos tempos atuais.

Se a maioria dos agressores e causadores da violência forem pessoas que não se adaptaram, ou que responderam de forma perversa ao modelo unidimensional de escolarização, aí então temos um problema que deve ser resolvido levando-se em conta a vivência dos educadores e, nesse sentido, é importante afirmar que: pelo simples fato de se considerarem estranhos ao formato de sucesso celebrado nas instituições escolares muitos e muitos se tornam violentos.

A escola o *locus* da formação cidadã ou o palco da violência?

A escola tornou-se um lugar por excelência violento?

Não, a escola é uma célula da sociedade. Ela não é mais ou menos violenta. Ela é o retrato da sociedade. Não existe escola de paz em um meio social violento. Não haveria como existir ilha de paz em um meio violento.

Pelo fato de abrigar um número grande de pessoas das mesmas faixas etárias e advindas do mesmo meio social, a escola acaba sendo síntese de muitas manifestações de violência. A escola reúne pessoas que vivem em uma sociedade violenta.

A violência vivida nas escolas não poderia ser explicada pela simples constatação de que há intolerância, ou falta de bons meios de convivência, ou ainda pelo desrespeito àqueles que não são considerados iguais; os problemas são estruturais e complexos e

as diferenças culturais, sociais e econômicas dão ensejo a uma enormidade de conflitos.

Nos dias atuais a mídia tem dado grande destaque às questões da violência escolar e “apesar da existência de pesquisas, projetos e políticas que tentam conter o fenômeno, os números são significativos e seguem aumentando” (SPÓSITO, 2001, p.100).

Vivemos no Brasil um processo histórico de distribuição irregular da população pelo território em que o crescimento populacional mal distribuído torna-se mais agudo quando o acelerado processo de migração do campo para os centros urbanos se desdobram nas diversas formas degradantes de habitação, na degradação do mercado de trabalho e conseqüentemente da cidadania e, dessa forma, a violência se instala no viés da expansão da pobreza e da miséria.

Nos dias atuais todos estão expostos à violência, mas esta atinge de maneira preocupante os jovens, que sofrem também com o efeito da exclusão.

Para Bittar, a violência banalizada:

“[...] transforma os ambientes sociais em locais de execução pública, a exemplo da demonstração de que ela não está instalada somente no corpo da sociedade civil, mas mora no meio da própria estrutura dos órgãos responsáveis pela custódia da segurança social. A violência está na sociedade.” (BITTAR, 2004. p.49)

A violência instalada em nossa sociedade entre os jovens está diretamente ligada à falta de perspectiva de inserção na vida social, ou seja, um mercado que não lhes oferece oportunidades de trabalho, de educação de qualidade e de construção de um futuro digno, tudo isso ligado à falta de políticas que visem amenizar a desigualdade social, que impulsionem o crescimento econômico e proporcionem a mobilidade social.

Para Campos:

“Na virada para o século XXI, portanto, o Brasil continua preso às artimanhas do desenvolvimento capitalista dependente, renovando assim a dupla articulação, desvendada por Florestan Fernandes, e é o responsável por promover ao mesmo tempo a acomodação dos setores econômicos internos e da economia interna às economias centrais. A informalização do mercado de trabalho - e a defesa de uma maior flexibilização - em um contexto de rigidez do modelo econômico tão-somente instaura um desenvolvimento desigual interno, o que permite aos grupos econômicos dominantes de se ajustar de forma passiva às novas tendências do capitalismo internacional.” (CAMPOS, 2003. p.55)

Cabe a Escola o papel de formar cidadãos, porém o que parece claro é que a própria sociedade e os jovens nutrem uma descrença em participarem e em serem protagonistas de projetos que levem à construção de uma geração de jovens que tenham direito a uma vida digna.

Segundo o pensamento de Hannah Arendt sobre educação e a perspectiva de passado e de futuro da sociedade, pode-se dizer que a descrença que os mais jovens nutrem em relação ao futuro experimenta um reforço relevante quando a escola e os educadores abandonam a responsabilidade de preparar, com antecedência, os jovens para a vida pública e para a renovação do mundo em que estão inseridos.

Quando se trata de educar pressupõe-se que não somos todos iguais, em relação à construção de conhecimentos não é essa a perspectiva. Quando se trata de responsabilidade sobre o mundo em que se vive o comportamento deve ser baseado em relações que se estabelecem entre iguais, mas quando o assunto é educar os mais jovens a perspectiva deve ser outra e para que isso aconteça, é necessário romper com o senso comum e criar condições para se pensar, refletir e criar condições para novos paradigmas na construção de uma escola que quer formar alunos cidadãos participativos em seu meio social.

Se não fica claro que o outro é e será sempre intrinsecamente diferente e que ainda assim é necessário implementar nas escolas a cultura da cidadania e que, para tanto, se faz necessário que as funções escolares favoreçam o entrelaçamento do modo de vida em sociedade com as práticas do direito humano à vida. Esse direito deve ser assumido como um valor absoluto.

Portanto, é sob essa contradição entre igualdade formal e diferenças reais que o educador deve atuar. Os limites dessa contradição devem ser atenuados pelo valor incondicional à defesa da vida de todos e a do outro em particular.

Hannah Arendt e o “empoderamento”: sua contribuição para a compreensão do papel da escola na sociedade.

Hannah Arendt e seu pensamento filosófico têm grande relevância para compreendermos o mundo do Pós-Segunda Grande Guerra.

E, para lidarmos com tudo isso, é preciso enfrentar a realidade sem preconceitos e resistir a ela sem procurar antecedentes históricos que reforcem esses preconceitos. Para a autora é preciso agir e, assim, agir e pensar sobre o agir nos leva ao conceito de *vita activa*, onde a autora coloca que a ação é a coluna central do trabalho, do labor e do agir para começar. Agir para Arendt significa iniciar, tomar iniciativa, começar.

“Ser capaz de agir confere ao homem a característica do inesperado, a singularidade, a possibilidade de realizar o improvável” (ARENDR, 2009, p. 61). Dessa forma, segundo o pensamento arendtiano ação e discurso estão entrelaçados, pois sem o discurso a ação deixa de ter significado. É através do discurso e da palavra que o autor se coloca, se revela e demonstra sua intenção.

Arendt nos ensina que ação é atividade política por excelência e que o homem só se torna um ser político quando, por meio de suas palavras e ações, se coloca frente a atividades políticas e aí se manifesta a si mesmo e se posiciona frente a outros homens. Ela nos leva a compreender que é por meio das palavras e das ações que as experiências humanas ganham sentido.

Para ela, onde o poder se encolhe a violência se instala. Refletindo sobre a relação entre poder e violência, Arendt deixa claro que o conceito de autoridade é fundamental não

só apenas nas relações humanas, mas é imprescindível nas instituições, não importando que essa autoridade seja representada por pessoas ou pelos cargos.

É inegável dizermos que após os anos 1990 as sociedades civis galgaram espaços de atuação e a área educacional talvez tenha sido a que ganhou maior leque de atribuições. Mas será que essa atuação tem sido a tomada de posições consistentes e coerentes? Ou seja, são entendidas de um modo mais ou menos generalizado e o seu sentido é compreendido por muitos? Aceito por muitos e adotado por muitos? Seria a ação educativa percebida na forma de um consenso?

A teoria de Arendt nos aponta para repensar o contexto escolar e a finalidade do ato de educar, que deveria inserir os alunos no mundo do conhecimento, da cultura e das tradições.

Para a autora o ato educativo deveria ser:

“um ato educativo conservador [...] Educar é apresentar o mundo às novas gerações. Em face da criança, é como se ele (o professor, o educador) fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: Isso é o nosso mundo” (ARENDR, 1992, p. 239)

Seguindo o pensamento de Arendt podemos dizer que a relação pedagógica é marcada pela desigualdade entre professores e alunos, onde dentro do espaço escolar desempenham papéis diferentes. Supostamente o professor é aquele que ensina e o aluno aquele que aprende.

Tanto professores quanto alunos se questionam quanto aos problemas vivenciados na escola e essa relação é conflituosa. A liberdade de agir e de pensar é cerceada pelo currículo que é sempre engessado, não havendo espaço concreto para uma atividade que poderia ser mais prazerosa.

“A liberdade é como um dom supremo que somente o homem, dentre todas as criaturas terrenas, parece ter recebido, e cujos sinais e vestígios podemos encontrar em quase todas as suas atividades, mas que, não obstante, só se desenvolve com plenitude onde a ação tiver criado seu próprio espaço concreto onde possa, por assim dizer, sair do seu esconderijo e fazer sua aparição.” (ARENDR, 1992, p. 218)

Podemos entender que, para Arendt, a autoridade deve dar o mote às relações entre os atores escolares, autoridade esta que se assenta acima de tudo na ética e na liberdade. Dessa forma, o pensamento arendtiano nos leva para dentro dos muros da escola e também nos leva a perceber que a reprodução da violência social aí se instala, mas que a escola também gera a sua própria violência.

Segundo Almeida

“Os jovens não assumem na escola a responsabilidade pelo mundo, ou seja, não exercem o seu papel de cidadãos na escola. A escola transmite conhecimentos e cultiva princípios que vão favorecer a futura participação dos alunos na esfera pública. cesso educativo, seja em relação ao mundo.” (ALMEIDA, 2011, p. 38)

Arendt em “A Crise na educação” nos leva a pensar que:

“A escola é a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo.” (ARENDDT, 2013, p. 238)

A construção da cidadania dos jovens depende dos espaços sociais que lhes são oferecidos e das chances de se expressarem e serem ouvidos. São essas as chances que necessitam para se sentirem acolhidos em temas que lhes proporcionem conhecer e participar dos desafios que terão que enfrentar na construção de sua identidade como cidadão. Para isso a educação deveria oferecer “visibilidade dos indivíduos no espaço público comum”, referentes “à participação nos debates que decidem suas vidas.” (BRAYNER, 2008, p. 23-24)

“A escola não produz o cidadão. A escola não ‘produz’ nada! O ‘produto’ final da escola não é algo que podemos identificar como dotado de características que, desde o início, seguiria um plano de execução ou de manufatura e que chegaria a uma terminalidade chamada, por exemplo ‘cidadão’.” (BRAYNER, 2008, p. 50)

As novas tecnologias de informação e comunicação são ferramentas novas e valiosas para uma educação cidadã e para que os jovens através de postagens *online* e das redes sociais participem da vida pública. Dessa forma, é imprescindível que a escola dê voz a seus alunos para que aprendam a se colocar de forma aberta, democrática frente aos desafios de seu cotidiano.

Voltando aos escritos de Arendt:

“Mesmo no caso em que se pretendem educar as crianças para virem a ser cidadãos de um amanhã utópico, o que efetivamente se passa é que se lhes está a negar o seu papel futuro no corpo político, pois que, do ponto de vista dos novos, por mais novidades que o mundo adulto lhes possa propor, elas serão sempre mais velhas que eles próprios. Preparar uma nova geração para um mundo novo, só pode significar que se deseja recusar àqueles que chegam de novo a sua própria possibilidade de inovar.” (ARENDDT, 2013, p. 225-226)

A escola necessita dar condições educacionais para que os mais jovens aprendam a acessar, selecionar, analisar, buscar informações que os levem a construir conhecimentos e que os ajudem a compreender como exercer seu direito de cidadania. Cidadania essa baseada nos valores democráticos do diálogo, do respeito, da alteridade, da cooperação, da retidão de suas ações em prol do bem comum.

E essa noção de cidadania compartilhada não é atributo a ser perseguido exclusivamente pelos alunos, assumir as responsabilidades e o compromisso com o ato educacional emancipador requer um certo nível de consenso sobre a cidadania que se quer construir e esse consenso perpassa vários níveis e instâncias da sociedade, desde o aluno até os formuladores de políticas educacionais e vice-versa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência instalada na escola pode ser entendida como um veículo de desgaste do

convívio social, notadamente quando a exclusão social e a falta de perspectiva dos jovens quanto ao seu futuro tornam-se demasiado evidentes.

Nos dias atuais a violência é um problema de toda a sociedade e todos estão expostos a ela, mas o que preocupa é que ela tem atingido os jovens de maneira alarmante. A violência que se torna corriqueira transforma-se em violência banalizada e ela tem o poder de impactar os ambientes sociais de convívio em verdadeiros campos de disputas e até em lugares de execuções sumárias e a escola está inserida nesse contexto.

Violência por intolerância e falta de paciência na convivência, por não conseguir entender as diferenças. Violência fazendo as pessoas agirem desrespeitando a si mesmas e aos outros, por não entenderem jovens que lidam com a falta de afeto, por oferecerem mais críticas do que elogios; a escola, ao lidar predominantemente com pessoas caracterizadas pela baixa autoestima, jovens e crianças inseguros – que convivem com lares agressivos onde pais e mães usam e abusam de palavrões e que não têm o mínimo de afeto para com seus filhos. Essa escola se vê afogada e paralisada diante desses desafios para os quais a busca do mérito educacional não oferece respostas.

Ademais, a escola com suas regras, normas, punições e formas sob-reptícias de exclusão daqueles que, eventualmente, são considerados inaptos, apresenta um emaranhado de elementos típicos de relações de poder em frangalhos e ingredientes próprios para que a violência se instale. No dizer de Arendt: o “um contra todos e todos contra um” (ARENDR, 2009, p.59) revela a face medonha de uma situação em que a lei perde sentido.

A escola necessita se adaptar às mudanças decorrentes dos sistemas econômicos, mas deve fazê-lo procurando sempre cumprir sua função, construindo instrumentos e ferramentas para a autonomia de pensamento e de ação, respeitando a individualidade e a maneira de aprender de cada um e laborando para construção de formas de conviver no coletivo; porém, para isso a sociedade deve buscar novos rumos que sustentem essa autonomia pretendida.

Se esses rumos apontam para uma escola que deva fazer a gestão do conhecimento, nessa nova sociedade do conhecimento a escola precisa redimensionar o seu perfil quanto à sua forma de ensinar, de gerar conhecimento e como construir novas formas e novas relações de ensino-aprendizagem.

É preciso que a instituição escolar repense seu espaço de ação, seu discurso, suas atitudes. Esse espaço deve ser repensado para que sejam asseguradas as ações que permitam o agir coletivo, onde a autoridade seja entendida como produtora de normas eficazes, a gestão seja participativa. Um agir coletivamente construído com base na ética, na moral e na coerência de pensamento poderia mitigar a violência e transformar a ação do agir em algo dotado de sentido compartilhado. Enfim, um agir coletivamente para construção da tão sonhada cultura de paz.

Enquanto esses espaços continuarem a ser lugares de uma profusão de vozes

desconexas, onde todos falam e ninguém tem razão, a única coisa que nos resta é rir do poder mambembe que se transformou a instituição educacional. Entretanto, para que desse riso, que de tão risonho não nos faça deparar com as lágrimas da tragédia é indispensável a cada qual, daqueles que se sintam munidos do entendimento e do sentido que a escola deve ter e para aquelas pessoas que lá estão, é indispensável reunir destreza e engenho capazes e hábeis no fazer bons profissionais, bons políticos e bons homens.

“O que faz do homem um ser político é a sua faculdade para ação; ela o capacita a reunir-se a seus pares, agir em concerto e almejar objetivos que jamais passariam por sua mente, deixando de lado os desejos de seu coração, se a ele não tivesse sido concedido este dom – o de aventurar-se em algo novo. Filosoficamente falando, agir é a resposta humana para a condição de natalidade. Posto que todos adentramos o mundo em virtude do nascimento, como recém-chegados e iniciadores, somos aptos a iniciar algo novo; sem o fato do nascimento jamais saberíamos o que é a novidade, e toda ‘ação’ seria ou mero comportamento ou preservação. Nenhuma outra faculdade, a não ser a linguagem – e não a razão ou a consciência, distingue-nos tão radicalmente de todas as espécies animais. Agir e começar não são o mesmo, mas estão intimamente conexos.” (ARENDR, 1994, p.59)

É preciso entender a escola e a educação como libertadora, é preciso pensar o espaço escolar como espaço de construção de saberes, de debates das graves questões sociais, de identidade dialogal dos indivíduos que devem ser chamados ao engajamento de construção de cidadania.

A educação escolar deve passar pela autoconscientização dos valores de seu povo e de sua realidade, deve passar pela compreensão de seus próprios problemas; problemas que devem ser desafiados mediante planejamento e esse enfrentamento planejado não deve deixar de seguir estabelecendo metas para serem alcançadas.

Políticas públicas têm que ser discutidas na construção de uma educação cidadã.

“Não há como negar aquilo que está às claras declarado como tema de relevância e atualidade na discussão educacional: a negação de si mesma, por uma cultura é autofagia! Compreender, apreciar e discutir as instâncias da sua própria consciência, como cultura, é algo de fundamental e determinante importância para o ideário escolar.” (BITTAR, 2004, p.88)

A cultura do conhecimento com responsabilidade precisa urgentemente ser implementada na escola, pois o conhecimento é a mola mestra para inúmeras transformações entre elas a tecnológica, a institucional, a conceitual, a filosófica, a cultural bem como a socioeconômica.

Paulo Freire Nos ensina que:

“Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que se pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança.” (FREIRE, 2002, p.10)

É imprescindível que a educação escolar desenvolva uma pedagogia capaz de fazer com que seus educandos percebam, sintam e se vejam engajados no projeto social de

sua formação, que sintam que são o principal objeto de construção de saberes, alvo de práticas educativas, que eles realmente se sintam atores e protagonistas do ato de ensinar e aprender, pois para Arendt:

“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-la de nosso mundo e abandona-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de compreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum.” (ARENDR,1992, p.247)

A Educação nunca deve cercear a espontaneidade, a liberdade e o agir para a construção dos saberes não se subjugando às necessidades dos poderosos e do mercado. Arendt explica que a esfera educacional:

“[...] não é parte nem da vida privada, nem da vida pública, mas constitui uma espécie de esfera intermediária. A escola é a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo[...] a função da escola é ensinar às crianças o mundo como ele é, e não instruí-las na arte de viver.” (ARENDR, 1992, p. 238)

É preciso que através da ética possamos construir um mundo justo para todos e isso, só será possível através da educação para todos. Ou seja, através da educação para a cidadania, educação essa que tenha como objetivo maior a formação de mulheres e homens livres, autônomos, dinâmicos, conscientes e solidários que tenham como compromisso a construção de uma nova sociedade onde os valores éticos e morais sejam a meta a ser alcançada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Educação em Hannah Arendt: entre o mundo deserto e o amor ao mundo**, São Paulo: Cortez, 2011

ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Sobre a violência**. Tradução: André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Sobre a revolução**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BITTAR, Carlos Eduardo Bianca. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social**. Barueri:Manole,2004.

BRAYNER, Flavio. **Educação e republicanismo: experimentos arendtianos para uma educação melhor**, Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

CAMPOS, André de, **POCHMANN**, Marcio; **AMORIM**, Ricardo et al. *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*, 2.ªed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002

LAFER, Celso. Introdução. In: **ARENDT**, H. *Sobre a violência*. Tradução. André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 9-13.

SPÓSITO, Marília Pontes. *Um breve balanço da pesquisa escolar no Brasil*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan./jun. 2001.

SCHÜTZ, Jenerson Arlan. *Educação para a cidadania: considerações e possibilidades*. Impulso, Piracicaba • 26(66), 87-106, maio-ago. 2016 • ISSN Impresso: 0103-7676 • ISSN Eletrônico: 2236-9767 file:///C:/Users/lamia/Downloads/2867-14629-2-PB%20(1).pdf (consulta em 03 de junho de 2018).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 2, 3, 5, 9, 11, 13, 14, 20, 23, 38, 54, 55, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 86, 88, 91, 95, 96, 98, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 111, 112, 114, 117, 118, 119, 125, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 184, 190, 191, 196, 197, 198, 202, 204, 210, 213, 222, 224, 228, 229, 236, 248, 249, 251, 252, 253, 255

Arqueologia Militar 134

Atividades Lúdicas 215, 217

Atmosfera Terrestre 222, 223, 224, 225, 226, 229

C

Cidadania 13, 49, 55, 84, 96, 123, 125, 164, 173, 174, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 196, 251

D

Deficiência Intelectual 69, 71, 72, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 103, 107, 204

E

Educação Ambiental 12, 13, 14, 17, 18, 19

Educação do Campo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10

Educação e Saúde 214, 215, 217

Educação e Tecnologia 111, 114, 117

Educação Pública 37, 43, 57, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 99, 120, 121, 122, 123, 124, 126

Ensino Fundamental 11, 13, 14, 16, 32, 69, 94, 98, 109, 124, 159, 160, 164, 171, 204, 205, 208, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 236, 237, 239, 240, 241

Ensino Religioso 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126

Escola 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 25, 26, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 87, 88, 90, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 120, 122, 123, 124, 125, 158, 159, 160, 163, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 192, 193, 194, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 219, 222, 224, 226, 228, 229, 233, 235, 236, 238, 239, 241, 243, 244, 246, 252, 253, 254, 255

Expansão 51, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 118, 162, 163, 180

Experimento Didático 127

F

Formação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 49, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 104, 107, 112, 117,

118, 119, 121, 123, 124, 125, 158, 173, 174, 176, 179, 186, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 216, 223, 226, 227, 228, 229, 241, 249, 251, 252, 253, 254, 255
Formação de Professores 7, 22, 23, 26, 81, 82, 112, 117, 188, 189, 193, 198, 203, 254, 255
Fortificação 134, 157

G

Gases 127, 128, 130, 131, 143, 144

Gestão da Educação 46, 48, 54, 55

I

Ímãs 127, 128, 129, 130, 131

J

Justiça Curricular 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

M

Microbiologia 247, 248, 249, 250, 251, 252

Monitoria 248

O

Opressão 27, 30, 31, 32, 33, 34

Oprimido 10, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

P

Pandemia do Coronavírus 36, 37, 41, 44

Papéis Sociais 36, 43

Política 4, 5, 7, 10, 32, 33, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 62, 66, 68, 70, 77, 78, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 96, 98, 106, 120, 125, 158, 174, 175, 176, 181, 193, 197, 200, 206, 209, 212, 216, 217, 220, 233

Políticas Públicas 3, 5, 38, 39, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 68, 83, 84, 88, 89, 99, 109, 173, 174, 175, 185, 200, 204, 205, 209, 210, 213, 217, 236, 255

Pós-Graduação 34, 46, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 83, 111, 115, 158, 193, 200, 213, 246, 254, 255

Práticas Curriculares 92, 93

Práticas Pedagógicas 7, 47, 69, 72, 78, 81, 96, 118, 197, 249

Privatização 58, 62, 66, 67, 83, 84, 85, 86, 87, 234, 244

Psicologia Educacional 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

R

Relação Escola-Família 100, 101, 103, 106

S

Sustentabilidade 11, 12

T

Tecnologia 1, 2, 7, 9, 58, 63, 87, 111, 114, 117, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 230, 248, 249, 252, 253, 254

Teorias do Currículo 188, 189, 198, 199

V

Viabilidade Financeira 231, 242, 243

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br